



Informe Energia – 22 Abr 2004

Entrevista - Claudio Sales

Os investimentos no setor elétrico deverão continuar suspensos enquanto a Lei que regula o setor, aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, não for regulamentada. A afirmação é do presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales. Os investimentos, ressaltava Sales, não deverão retornar imediatamente após a regulamentação. Ele afirma que a proposta apresentada pelo governo mudando as normas de atuação das agências reguladoras pode ser outro fator de inibição de novos projetos. Claudio Sales lembra ainda que, enquanto não houver regras claras para obtenção das licenças ambientais, os recursos destinados a investimentos no setor continuarão escassos. Leia abaixo a entrevista.

INFORME ENERGIA - As mudanças feitas pelo governo nas regras do setor elétrico já foram, de certa forma, assimiladas pelo segmento. Além disso, recentemente foi encaminhado ao Congresso um projeto de lei que praticamente mantém a independência das agências reguladoras. Na sua opinião, a partir desse novo cenário já é possível ter uma idéia do que os investidores pretendem fazer?

Claudio Sales - No momento, lamentavelmente, não há qualquer condição de os investidores assegurarem que farão novos investimentos. A Lei aprovada pelo Congresso ainda não foi regulamentada e muitos pontos ainda estão em aberto. Esse detalhamento está sendo definido agora e será feito por um decreto com as regras efetivas do setor. Enquanto não houver essa definição não teremos condições de assegurar que novos investimentos serão feitos e, portanto, nossa posição hoje é de apreensão e incerteza na expectativa dessas regras. Quanto às agências reguladoras, o governo reconheceu que é importante ter esses órgãos fortalecidos e independentes como condição essencial para que haja auto-sustentabilidade dos investimentos. O papel das agências deve ser visto como o de entidades de estado a serviço da sociedade e, portanto, neutras em relação ao governo, aos agentes e aos consumidores. Essa função foi entendida pelo governo e está no preâmbulo do projeto como algo essencial para que se possa ter um ambiente estável de atração de investimentos e de cumprimento dos contratos. Uma demonstração desse reconhecimento por parte do governo foi a proposta para os mandatos dos diretores das agências contida no projeto. Havia anteriormente uma posição muito mais retrógrada de subordinação direta desses mandatos à decisão do presidente da República, que poderia demitir os dirigentes independente de justificativas. Na forma como foi apresentado agora, esse ponto foi aprimorado. Os mandatos passaram a ser de quatro anos e, uma vez submetidos ao Senado, os diretores das agências só poderão ser demitidos pelas mesmas razões previstas anteriormente. Por outro lado, há uma proposta com relação a contratos de gestão extremamente negativa da maneira como está colocada. Esses contratos prevêem metas anuais definidas pelo Ministério da área, assinado compulsoriamente pela agência, e cujo não cumprimento implica em sanções ao órgão e aos dirigentes, como, por exemplo, ter sua receita bloqueada. Esse tipo de instrumento, na verdade, implica numa subordinação da agência ao Ministério de sua área. Portanto, está na contramão do que o próprio governo pretende em relação à independência das agências reguladoras. Ou seja, apesar dos objetivos serem corretos, na hora de operar surge um erro de concepção do projeto.

INFORME ENERGIA - O projeto de regulamentação das agências durou aproximadamente sete meses. Nesse período, houve graves incertezas quanto ao grau de autonomia desses órgãos. Na sua opinião, enquanto essas dúvidas pairavam sobre os agentes econômicos, os investimentos foram prorrogados?

Claudio Sales - Os investidores vão olhar sempre a oportunidade de negócios em todos os países do mundo e entre os vários setores da economia. Dentro dessa perspectiva, temos hoje vários países, com economia estável abrindo seus setores de infra-estrutura de uma maneira bastante agressiva, o que abre um leque de opções para investimentos. Os empreendedores, por sua vez, observam ainda uma série de fatores como segurança e rentabilidade dos investimentos para tomar uma decisão. Quando o investidor olha um ambiente como o Brasil, antes de qualquer coisa ele analisa a estabilidade das regras, levando em conta se elas são claras e se são cumpridas. Dentro desse contexto, podemos concluir que os investimentos estão parados pela ausência de regras.



INFORME ENERGIA - O governo está ouvindo os agentes do setor elétrico para regulamentar a Lei aprovada pelo Congresso. Que tipo de colaboração os investidores poderão dar para a definição dessas regras?

Claudio Sales - Temos nos oferecido para discutir essa regulamentação com os técnicos do Ministério de Minas e Energia. Acho que é importante essa participação por que o pessoal de mercado pode dar ao governo uma visão do setor, uma experiência que ele não tem.

INFORME ENERGIA - Mas o que está sendo levado de concreto pelo empresariado ao Ministério de Minas e Energia?

Claudio Sales - O que está sendo levado são pontos bem técnicos como, por exemplo, o tratamento que será dado à energia velha, nova etc. Como é tratada a questão do consumidor livre, coisas que a lei toca mas deixa em aberto para ser definido na regulamentação.

INFORME ENERGIA - De uma forma geral, seriam sugestões no sentido de avançar um pouco mais na legislação?

Claudio Sales - São sugestões técnicas. Queremos evitar o risco de sermos surpreendidos por decretos que possam vir a impor danos às empresas ou não contemham estímulo a novos investimentos. Queremos oferecer ao governo a possibilidade de colher junto aos técnicos do setor privado o máximo de informação possível.

INFORME ENERGIA - Além dessa regulamentação, existe ainda o Plano Nacional de Águas que só deverá estar pronto no final do ano. Até lá, nenhum investimento de grande porte em geração deverá obter a concessão do Ministério. Como o senhor vê essa situação?

Claudio Sales - Você está citando várias ameaças vindas de origens diferentes na execução de novos investimentos. Vamos por partes. Tem a ameaça mor que é a questão regulatória. Caso as regras não sejam boas para atrair investimentos privados não haverá ninguém para investir. Temos a ameaça que vem agora das novas regras para as agências reguladoras, e agora você cita essa questão do Plano Nacional das Águas. Eu acrescentaria uma quarta ameaça, que é o meio ambiente e tem sido um empecilho para novos projetos. Sob o guarda-chuva do meio ambiente, há uma imposição de exigências aos projetos para arcar com custos sociais que não são do empreendimento, e sim da área do governamental, como ações vinculadas à educação, saúde, entre outros. Dinheiro não se inventa. É preciso dizer quem vai pagar a conta agora e dizer também com clareza onde o governo está faltando e ver quem vai pagar a conta. Agora, não vamos transformar isso numa exigência ambiental, que muitas vezes impedem as licenças para os projetos e provocam um custo maior para a sociedade.

INFORME ENERGIA - Quanto mais empecilhos, menos investimentos para o país. Somando esses fatores, quanto o Brasil está perdendo em novos investimentos?

Claudio Sales - De acordo com um levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib), o Brasil precisa em torno de US\$ 20 bilhões anuais em investimentos na área de infra-estrutura. No setor elétrico, foi feito um estudo pela Consultoria Tendências, baseado em vários cenários de crescimento da economia. O estudo mostra um quadro moderado de crescimento, com uma demanda de investimentos da ordem de US\$ 6,5 bilhões por ano ao longo dessa década e da próxima. Desse total de recursos, cerca de 60% devem vir da iniciativa privada. Asseguro que em 2003 esse valor não foi alcançado, e também não o será em 2004. Em 2005, esse teto só será alcançado se aquelas quatro ameaças que falamos anteriormente forem desfeitas.



INFORME ENERGIA - A redução de investimentos significa também a não criação de novos postos de trabalho. Em termos quantitativos, o que isso significa para o Brasil?

Claudio Sales - Posso responder a essa pergunta dando o exemplo da Usina de Estreito, no Rio Tocantins. É uma usina de grande porte que seria construída com uma parceria entre grandes consultores de energia e empresas do setor elétrico. O projeto, no entanto, está parado há algum tempo. Um empreendimento como esse poderia gerar, entre empregos diretos e indiretos, cerca de dez mil novos postos de trabalho. Esse é um exemplo dessa perda. Essa usina está completamente parada durante quatro anos e os empregos deixam de ser criados.